



O PONTO DE PARTIDA PARA UM REPENSAR DE ÁFRICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AS ORIGENS DAS CONTRIBUIÇÕES PAN-AFRICANISTAS

Marina Castro | Brener Seixas¹ • Novembro de 2013

Resumo:

Propõe-se recuperar as contribuições do panafricanismo que foram marginalizadas nas Relações Internacionais com o intuito de analisar como o conhecimento a partir de vertentes afrocentradas contribui e pode contribuir para a inversão da lógica imperial e colonial no pensamento das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Relações Internacionais - Pós-colonialismo - Panafricanismo.

Abstract:

This paper aims to recover the Pan-Africanism contributions, which has been marginalized in the International Relations field, in order to analyze how the Afrocentric knowledge contributes and can still contribute to reverse the colonial and imperial logic in the International Relations thinking.

Key words: International Relations - Post-colonialism - Pan-Africanism.

O desenvolvimento das relações internacionais – notadamente baseado sobre relações desiguais em termos de distribuição de poder entre os atores – manifesta-se para além de suas formas políticas, legitimando-se por meio de concepções e linguagens de pesquisa no campo de estudo das Relações Internacionais. Por tal razão, este trabalho se alia às tentativas de alterar a colonialidade do saber inerente ao próprio campo de estudos, reafirmando a importância na formação do conhecimento de África pela África, ponto por nós enfatizado neste momento. Nosso objetivo é então apontar alguns elementos para a discussão epistemológica do campo das Relações Internacionais a partir de vertentes contra-hegemônicas como o pós-colonialismo e o pan-africanismo. Partimos do entendimento das Relações Internacionais como um campo de estudos que tem suas origens e seu desenvolvimento baseados em características imperialistas, presentes nas relações entre os atores e também na produção do conhecimento (INAYATULLAH, BLANEY, 2004; SAURIN, 2006). Logo, por não se ter superado os momentos de dominação, o referido campo de estudos possui uma natureza “colonial”. Partindo deste pressuposto, propõe-se então uma “descolonização” das Relações Internacionais. Por descolonizar entendemos: uma produção ativa de uma ordem internacional diferente; a emergência de novos imaginários e de novas

alternativas teóricas que por sua vez, tornar-se-ão respostas políticas e metodológicas para o descaso e o silenciamento de outros povos na construção da História. Tal esforço não se justifica somente pelo fato de serem o imperialismo e o colonialismo ofensivos como organização do mundo, mas porque o campo de estudos das Relações Internacionais, sob essas condições, é mistificado e obscurecido afetando as interpretações sobre a constituição da ordem mundial, e seu entendimento (LUCAS, 1973).

Isso se deve ao fato de que há uma ilusão sobre o processo ativo de construção da História: os atores que conseguiram impor sua supremacia, os imperialistas e os colonizadores, fazem-no no nível material de organização social e no nível intelectual, ao retirarem o poder de representação dos povos colonizados e dominados. Para além da condição de autodeterminação, os povos são desapropriados de suas próprias Histórias (SAID, 1990), inserindo-se em um contexto generalizante da História dos “vencedores”, eixo central da História Mundial. A grande ilusão é considerarmos a história da evolução dos Estados-nação como momento fundante e devir histórico das Relações Internacionais. Por isso que

(...) Qualquer tentativa de descolonizar RI deve confrontar as distorções políticas e metodológicas embutidas no mainstream para reconstruir o conhecimento não-eurocêntrico, historicamente adequado sobre a constituição global de todas as regiões do mundo e a constituição global do

internacional por si.” (JONES, 2006, p. 12).¹

Neste sentido, o momento ou o sentido “pós-colonial” – que se refere a essa descolonização apontada – surge como estratégia epistemológica para a ruptura de conhecimentos enviesados e unilaterais (GROSFUGUEL, 2008). Dado o fato de o processo de descolonização ser ligeiramente mais complexo do que a simples desocupação da administração colonial por parte da metrópole, este fenômeno requer um tratamento analítico diferenciado, o qual permita a aparição de outros sujeitos históricos e novas possibilidades. É, antes de tudo, um processo histórico, produto da atividade de forças sociais cujo nó concentra e manifesta a realidade histórica ao mesmo tempo em que faz possível uma análise interna para a qual se identifica o inimigo imediato – não apenas aquele do momento inicial das lutas nacionalistas iniciadas no pós II Grande Guerra. A luta anticolonial é – se pensada de uma forma ampliada, como em GALTUNG (1969) – uma luta contra todas as formas de violência, pontual e estrutural.

O campo das reflexões pós-coloniais se consolidou de fato no final da década 1980, iniciando-se pela teoria literária, alcançando a

historia, antropologia, sendo hoje “um dos mais poderosos fatores de transformação teórica e metodológica do campo das humanidades e das ciências sociais.” (RIBEIRO, 2010, p. 114). O denominador comum entre os principais expoentes do pensamento pós-colonial – dentre os quais se incluem grandes referências pan-africanistas, como mostraremos a seguir – é o modo como as diferentes interpretações convergem para uma compreensão do mundo a partir de uma crítica sobre as relações desiguais entre o norte político e o sul políticas, todas assentadas sobre a matriz da relação colonial a partir do ponto de vista do colonizado.

Ainda que as referências iniciais de formação do campo tenham provenham de bases anglo-saxônicas, tem-se um conjunto de intelectuais em situação diaspórica para ocupar espaços em grandes universidades que abriram as portas para os estudos pós-coloniais. São eles representantes importantes do movimento de formação de uma consciência anticolonialista e de uma luta política e militar anticoloniais para a configuração de um discurso crítico enquanto discurso da diferença formulado no seio da relação colonial a partir da perspectiva dos oprimidos, a dizer, a partir das experiências de luta anticolonial em países colonizados na África².

¹ Tradução livre do original “[...] Any attempt to decolonize IR [International Relations] must confront the substantive, methodological and political distortions embedded within the mainstream in order to reconstruct non-Eurocentric, historically adequate knowledge about the global constitution of all regions of the world and the global constitution of the international itself.” (JONES, 2006, p. 12).

² A despeito das diferenças existentes entre os autores, podemos citar alguns intelectuais que compõem esse grupo: Edward Said, Gayatri Spivak, Homi Bhabha, Stuart Hall, Paul Gilroy, Anthony Appiah, Frantz

O DESENVOLVIMENTO PANAFRICANISTA

Nosso foco em autores dessa tendência se justifica pelo fato de que, mais do que qualquer outro povo que sofreu uma desapropriação de sua história, a África foi a região mais sistematicamente excluída da História. A arquitetura da exclusão por meio da ideologia da história do mundo – eurocentricamente violenta – continua a moldar a relação dos povos do continente frente ao restante do Ocidente. A suposta ausência de História e de organizações políticas nos povos africanos viabilizou o projeto imperial sob o prisma da democratização. Como a historiografia imperial tem privilegiado a palavra escrita, e grande parte das análises sobre os diversos sistemas políticos africanos são, por sua vez, baseados em registros derivados da memória social das comunidades (como costumes, rituais, crenças, narrativas orais de toda ordem), a discriminação fundada no princípio renascentista da necessidade de história escrita para existência dos povos ainda influi negativamente sobre a elaboração de conhecimentos “científicos” sobre o continente (AYERS, 2006).

A história dos povos africanos foi erigida a partir de fora; era, em si, uma atividade científica extrovertida. O Afrocentrismo – o movimento rumo ao conhecimento tão buscado

pelos iniciativas oriundas das posturas pan-africanistas – consiste

na construção de uma perspectiva teórica radicada na experiência africana. Ela difere do eurocentrismo, porque propõe o resgate e a reconstrução de um centrismo africano, mas não assume uma postura universalista, ou seja, o afrocentrismo não propõe que seus elementos sejam universais e aplicáveis a outras experiências humanas. A tarefa acadêmica afrocentrada consiste em estudar, articular e afirmar aquilo que diferencia o ponto de vista africano, identificando ao mesmo tempo, os postulados supostamente universais do eurocentrismo. (VIEIRA, 2006 p. 4).

A origem do debate do pan-africanismo ou das vertentes afrocentradas remonta aos finais do século XIX. Edward Said, em *Orientalismo: representações ocidentais do ocidente* (1990), demonstrou de forma definitiva que Ocidente e Oriente são criações abstratas elaboradas pelo próprio Ocidente. Seguindo esse raciocínio, a ideia geográfica Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha de África também é uma criação ocidental, onde na divisão entre Ocidente e Oriente foi deixado um buraco para a África subsaariana, como se ela fosse um subproduto do orientalismo. Essa perspectiva desembocou em associações que caracterizavam a África subsaariana como primitiva e selvagem, o que por sua vez justificou o tráfico de escravos e demais apropriações de África pelo Ocidente (LOPES, 2005). A Teoria Poligenista e o Darwinismo Social foram exemplos desse racismo intelectual que tentava comprovar cientificamente a superi-

Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire e Édouard Glissant.

oridade da raça branca diante da suposta inferioridade do negro.

Como contraponto a esse racismo, o pan-africanismo se consolidou após as independências nacionais ocorridas na década de 1970, para combater as formas de neocolonialismo incidentes no continente africano (NKRUMAH, 1963). Surgido no final do século XIX nos Estados Unidos, e liderado por intelectuais negros, esse movimento objetivava a união da raça negra no plano psicológico, criando uma irmandade simbólica entre os negros de todo o mundo. Foi contra a ordem histórico-racial-social que os integrantes do pan-africanismo insurgiram, propondo a união da raça negra contra o preconceito a que estavam submetidos (SANTOS, 2007).

A necessidade de afirmação do negro e a busca pelo seu reconhecimento como sujeito importante na História após ter sido subjugado e servido de instrumento para a consecução de interesses de outrem, levou os pan-africanistas a iniciarem um intenso processo de reversionismo histórico e mobilização cultural que os direcionassem ao reencontro com suas origens africanas. Inicialmente, os três nomes fundamentais que alavancaram o movimento foi o do trinitário Sylvester Williams, do estadunidense William E. B. Du Bois e do jamaicano Marcus Garvey (DEVÉS-VALDÉS, 2008).

Williams foi o responsável pela organização do primeiro Congresso Pan-africano, reali-

zado na cidade de Londres em 1900, no mesmo período em que acontecia a exposição universal de Paris (SANTOS, 2007). Foi nesta ocasião que o termo pan-africanismo foi destacado pela primeira vez. Note-se que a principal resolução desse congresso foi referente ao confisco de terras na África do Sul pelos ingleses e africânderes, e ao destino da Costa do Ouro (Gana) (TSHIYEMBE, 2002). Ainda em 1900, Williams foi à África do Sul e junto com o ganês F. Z. S. Peregrino fundou um jornal e criou uma sociedade pan-africana que objetivava disseminar conhecimentos que assegurassem aos africanos e seus descendentes mundo afora, direitos civis e políticos por meio da viabilização de uma legislação operante em favor de melhores condições para o negro africano (DEVÉS-VALDÉS, 2008).

Du Bois foi o responsável pela dilatação da noção pan-africanista, sendo considerado o patrono do movimento. Exerceu uma grande influência sobre escritores estadunidenses, e seu livro *Almas Negras* (*The souls of the block folk*) de 1903, tornou-se uma espécie de bíblia para os intelectuais do movimento, que também foi chamado de Renascimento Negro (DOMINGUES, 2005).

Marcus Garvey, por sua vez, fundou a Universal Negro Improvement Association, com o objetivo de unir todos os negros em um só povo (DEVÉS-VALDÉS, 2008). Também conhecido como messiânico, foi o responsável por opor ao racismo branco um verdadeiro rac-

ismo negro inaugurando a sua própria igreja, a African Orthodox Church, onde os anjos eram negros e Satanás era branco (SANTOS, 2007). Em oposição à Casa Branca, centro do poder estadunidense, Garvey propôs a criação de uma Casa Negra a ser presidida por um negro, além de defender o projeto do regresso dos negros à África. O ideário de Marcus Garvey, por sua vez,

[...] haveria de conduzir, pela ideia de completa igualdade entre negros e brancos, a emancipação total dos povos africanos do jugo colonial. E apesar do seu malogro, teve Garvey, o grande mérito de obrigar os negros a tomarem consciência da própria origem, criando neles, pela primeira vez, um sentimento de solidariedade. (DECRAENE, 1962, pp. 19-20 apud SANTOS, 2007, p. 39).

Vários outros Congressos Pan-Africanistas aconteceram após aquele de 1900. Destacam-se o Congresso de Paris em 1919 e o Congresso de Nova York em 1927, no qual Marcus Garvey criou uma companhia Marítima - Black Star Line - que mobilizou mais de três milhões de afro-americanos (TSHIYEMBE, 2002). Naquela ocasião, Du Bois e Garvey explicitaram suas divergências quanto ao que acreditavam ser o pan-africanismo. No Congresso de Manchester, em 1945, foi aprovado um manifesto que dizia “Resolvemos ser livres... Povos colonizados e subjugados do mundo, univos.” (TSHIYEMBE, 2002). A partir dos congressos seguintes ao ocorrido em Manchester, pode ser observado a consolidação da consciência africana sobre balcanização da África, resultado

da Conferência de Berlim (1884-1885), e a partir daí o movimento pan-africanista iniciou a formulação de uma estratégia de recomposição geopolítica do continente que resultaria na criação da Organização da União Africana em 1963, atualmente substituída pela União Africana.

No contexto de um revisionismo histórico que objetiva inverter a lógica do imperialismo europeu, Cheik Anta Diop (1923 – 1983) foi um dos principais intelectuais para a condução desse processo. Ao comprovar que o primeiro habitante europeu foi negro, e que raça não existe (DIOP, 1991), ele lança as bases intelectuais que refutam argumentos europeizados que justificam a atuação imprudente dos colonizadores da África. Ademais, o trabalho de Diop foi fundamental para se pensar e evidenciar as potencialidades que a África tem, e como utilizá-las em favor do próprio continente.

Firmado na premissa de que o passado africano fora contado por não africanos, o intelectual senegalês enfatiza a necessidade de trazer esse passado à vida através de análises sócio-históricas que abordam um período de dois mil anos, outrora ignorado por aqueles que se apropriaram da tarefa de disseminação de uma narrativa falsa sobre a África. Nesse processo de reafirmação da legitimidade africana em narrar sua própria história, Diop enfatiza a possibilidade de se ter uma língua africana oficial para uso em escala continental, e demonstra a possi-

bilidade da consolidação de uma unidade política africana por meio do federalismo bicameral. Seus argumentos culminaram na criação dos “14 pontos para a união africana” (DIOP, 1987) que reafirma os ideais pan-africanistas sob a forma de um planejamento político que viabiliza na prática as pretensões de unificação africana.

Os esforços de criação de uma identidade pan-africanista empreendido pelos mencionados patriarcas do movimento tiveram influência marcante nos trabalhos de Diop. As demonstrações do intelectual senegalês sobre como o continente africano é autossuficiente para assumir o seu espaço no cenário internacional, contribuíram para inverter a narrativa dependentista e subserviente que foi construída e sustentada por teóricos e intelectuais europeus ao longo do período colonial, pois reviu e refundamentou histórica e cientificamente as origens africanas. Esse revisionismo realocou a África, a partir do Antigo Egito, na posição de berço científico da intelectualidade europeia, que segundo Diop, teve o seu pensamento legitimado a partir de bases africanas.

POTENCIAL INTERPRETATIVO PAN-AFRICANISTA

Tentamos com esta breve exposição elencar alguns elementos que contribuem para um movimento de reinterpretação dos sujeitos e de seu papel na história e na produção de conhecimento nas Relações Internacionais. A

principal contribuição deste debate para tal campo é apontar um novo caminho para construção do saber, não centralizado na forma hegemônica do positivismo eurocêntrico. Consideramos que a abordagem pós-colonial deve ser um dos principais elementos para evidenciar o pensamento afrocentrado nos debates das Relações Internacionais, pois permitiu identificar e reposicionar o colonial na narrativa dominante, abrindo espaço para a reafirmação e reapropriação do verdadeiro lugar da África nas Relações Internacionais. Ressalta-se que este movimento ainda deve ser considerado incipiente, dado a dimensão da mudança sistêmica necessária para que a perspectiva pan-africanista esteja presente nos grandes debates.

Nesse sentido, a linguagem pan-africanista, por ser um instrumento de poder para inversão do paradigma eurocêntrico, deve se tornar uma prática na produção de saber e se refletir materialmente na estrutura desigual de poder do globo, haja visto a persistência das formas neocoloniais no continente africano ainda no século XXI. Portanto, a descolonização das Relações Internacionais deve ser um processo contínuo, para que a resposta pan-africanista prevaleça diante do descaso e das insistentes tentativas de silenciar os marginalizados pela referida arquitetura da exclusão.

Devemos entender as contribuições pan-africanistas nas Relações Internacionais tanto para a incorporação de novos elementos para

uma renovação social do campo quanto como um novo método de compreensão das sociedades não hegemônicas, que devem, de igual maneira, fazer parte ativa na construção da História.

Referências

AYERS, Alison J. Beyond the Imperial Narrative: African Political Historiography Revisited. In: JONES, Branwen Gruffydd (org.). *Decolonizing international relations*. USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2006.

BORJA, Janira Trípodí. Premissas para o estudo da cultura nas Relações Internacionais. IV ENECULT. Facom-UFBA. 2010.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. O pensamento africano sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (um esquema). Rio de Janeiro: CLACSO, 2008.

DIOP, Cheikh Anta. *Black Africa: the economic and cultural basis for a federal state*. Chicago: Lawrence Hill Books, 1987.

DIOP, Cheikh Anta. *Civilization or barbarism: an authentic anthropology*. Trad. Yaa-Lengi Meema Ngemi. Chicago: Lawrence Hill Books, 1991.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. In: *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 115-147.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOUNTONDI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 149-160.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David L. *International Relations and the Problem of Difference*. NewYork/London, Routledge, 2004.

JONES, Branwen Gruffydd (org.). *Decolonizing international relations*. USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2006.

LOPES, Carlos. *África e os desafios da cidadania e inclusão: o legado de Mário de Andrade*. Assembleia Geral do Codessria, Maputo, 2005.

LUCAS, Philippe. *Sociología de la descolonización*. Nueva Visión. Buenos Aires, 1973.

MARCON, Frank. *Estudos pós-coloniais em reflexão. Afro-Leituras. Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas*. UFSC - Laboratório de Antropologia Social. s/d

NKRUMAH, Kwame. *L'Afrique doit s'unir (Etudes et documents)*. Paris: Payot, 1963.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *União Africana: possibilidades e desafios*. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

SANTOS, Donizeth Aparecido dos. *Pan-africanismo e movimentos culturais negros*. In: ANALECTA, nº1, pp. 67-77, 2007.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAURIN, Julian. *International Relations as the Imperial Illusion; or, the Need do Decolonize IR*. In: JONES, Branwen Gruffydd (org.). *Decolonizing international relations*. USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2006.

TSHIYEMBE, Mwayila. *A difícil gestação da nova União*. In: *Le Monde Diplomatique*, n. 30, 2002. Disponível em: <http://diplo.dreamhosters.com/2002-07,a354.html> Acesso em: 28/03/2013.

VIEIRA, Francisco Sandro Silveira. *Do eurocentrismo ao afropessimismo: Reflexão sobre a construção do imaginário da “África” no Brasil*. Em *Debate*. n. 03. Depto. de Serviço Social; PUC-Rio. 2006.

GALTUNG, Johan. *Violence, Peace, and Peace Research*. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3. 1969, p. 167-191.

ⁱ Marina possui Graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica; Mestrado em Política Social em andamento pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Brener cursa Relações Internacionais na PUC Minas, e Ciências do Estado na UFMG. Bolsista de pesquisa da Fundação Dom Cabral e membro do GEA - Grupo de Estudos Africanos.